

APRESENTAÇÃO

Esse número 2-2018 da Revista RES contém uma parte das apresentações feitas no IV SIMPÓSIO DE ESTÉTICA, HERMENÊUTICA E SEMIÓTICA, realizado nos dias 20 e 21 de Novembro de 2018, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, com o tema geral “ARTE, CRÍTICA E LIBERDADE”. Ele tinha por objetivo “apreender os processos de construção crítica da arte, as formas como os sujeitos podem absorvê-la, conviver com ela e como esses processos se transcorrem nas instituições de ensino, ambientes de pesquisa e práticas e na própria cidade”. Sob a coordenação do Prof. Dr. Flávio René Kothe, o NEHS publica, no presente número da Revista de Estética e Semiótica, oito artigos ligados à temática do Simpósio.

A divisão entre arte e artesanato na antiguidade clássica foi marcada pela divisão entre trabalho livre e trabalho escravo. Isso marca a prática social e o ensino até hoje, embora não se sustentem mais os fundamentos sociais e as argumentações apresentadas, já por Platão, para distinguir sentidos espirituais (audição e visão) e sentidos corporais (os demais). Entender o homem como formado por corpo e alma se torna um problema. As relações com a política, a estrutura social e a teologia influem nos produtos artísticos e na sua avaliação, diferenciando-os do artesanato e dos utensílios. O entendimento crítico da influência de fatores que permeiam a arte é basilar para a compreensão das artes comercializadas, das artes de sentido crítico e da formação educativa nas artes.

O principal objetivo do evento foi a desconstrução crítica do modo como a Estética tem entendido a arte, as formas como os sujeitos podem absorvê-la e como tais processos transcorrem nas instituições de ensino e nas práticas da cidade. Sendo a Semiótica a área do conhecimento que se ocupa dos signos, do seu sentido e da comunicação social, obras artísticas carregam em si sugestões, mensagens, visões de fatos, contextos de mundo que buscam um diálogo dinâmico com seu público. Essa complexa contradição entre manipulação e espaço de liberdade exige elucidação teórica e tem consequências práticas.

Ações repetitivas no sistema de produção estão sendo cada vez mais feitas por máquinas, substituindo a mão

de obra humana, mas há problemas que as máquinas não podem resolver: elas próprias já se tornam um problema. Para o que não se resolve com a mera repetição, é preciso haver cada vez mais pessoas capazes de resolver de modo criativo aquilo que escapa à repetição mecânica ou que demanda uma alternativa melhor que a opção sugerida pela máquina. A mão de obra precisa cada vez mais ser treinada criativamente para atender a essa demanda. O melhor meio para desenvolver isso é o estudo das artes.

Tanto as sequelas quanto as vantagens de máquinas cada vez mais refinadas e produtivas precisam ser avaliadas. A escola precisa ver se a mão de obra que ela ajuda a gerar vai estar adequada às necessidades do mercado. A democracia exige cidadãos capazes de pensar por si, pois o destino do Estado é confiado às suas decisões. A vivência da arte, na produção e na apreciação, ajuda a desenvolver a autonomia pessoal, necessária a uma democracia que queira funcionar cada vez melhor.

A arte foi usada para divulgar ideologias e legitimar a dominação social. O artista foi entendido pelo iluminismo como aquele que exerce a sua liberdade interior. Ele busca, ao expressar-se com efeitos estéticos, despertar o potencial crítico no público. O ato artístico passa a ser um ato político que leva ao desenvolvimento econômico, social e à formação da identidade. Uma representação pode ser experimentada em produtos para contemplação, catarse, consumo, lazer, uso. Os termos Arte e Educação devem ser pensados juntos: se servem para doutrinação ou são espaços de emancipação. Espera-se que o cidadão participe desse viés educativo seja sensível à criatividade e à autonomia.

O Núcleo de Estética, Hermenêutica e Semiótica, do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, propôs mais um Simpósio, o seu IV, sobre o entrelaçamento de Arte, Crítica e Liberdade, com análises relativas à natureza da arte, bem como às políticas públicas, cidadania e educação. O Simpósio é um espaço de troca de conhecimentos, leituras de mundo e práticas artísticas. Responde a discussões atuais acerca do

papel da arte e aponta para a abertura criativa que os cidadãos devem ter frente ao desenvolvimento tecnológico que exige cada vez mais inovação.

Em seu artigo “Arte, crítica e liberdade”, Flávio R. Kothe parte do olvido, frequente em teorias sobre arte e realidade dos séculos XIX e XX, dos pressupostos teológicos da Estética, mais visíveis em pensadores dos séculos XVII e XVIII. O problema central é discernir o cerne teológico que habita a filosofia e a estética. Sugere a distinção entre a utilização do estético conforme paradigmas do piedoso, honesto, correto, e a liberdade que o artista precisa ter para desenvolver sua busca de verdades que não possam ser ditas de outro modo que não o artístico. Por sua vez, Fernando Fuão aponta suas lentes para a modernidade quando esta, para se impor como nova, quer se livrar de todos os espectros do passado, expurgando-os das casas e cidades. Há uma obsessão por um higienismo que não poupa nem os deuses-lares da antiguidade greco-romana, de maneira que o banimento do divino desenhe uma nova relação do homem com o morar e o viver. A relação do homem nos espaços públicos é permeada historicamente pela arte.

Renata Callaça discute a relação entre arte e política, tanto pelo viés da arte como denunciadora política dos padrões hegemônicos como na forma que a política interfere nos modelos de ensinar e fazer arte. A autora se preocupa com a política dos padrões hegemônicos no âmbito escolar. Está em jogo a liberdade. Aline Stefânia Zim critica a arte como recurso utilitário dos estados totalitários que manipulam arquétipos através dos meios de comunicação. O Estado quer observar sem ser observado e, através da arte, quer fabricar memórias e automatizar a sua visão de mundo. Com a manipulação do estético, o poder se faz presente

tentando se manter oculto. Farlley Derze, ciente do valor do oculto no imaginário social, recua no tempo, rodando os ponteiros do relógio até a zero hora do homem, para mapear a relação do homem com a escuridão, Quer comparar as noites medievais, as noites renascentistas, as românticas e as modernas. Toma por base o modo como ela foi tratada historicamente, ou interpretada, pela literatura, pela música, pela pintura e pela arquitetura. Medo, liberdade e prazer foram observados quando a noite vem e a cidade fica oculta ou é iluminada.

Leonardo Oliveira quer entender como a morte foi interpretada em três períodos distintos: na era medieval, na romântica e na moderna. Por ora, conclui que no trajeto entre a Idade Média e o século XX, a morte deixou de ser “domada” para ser exorcizada. Qual será o arquétipo de morte do século XXI? Representações modernas classificam os mortos como objetos temidos pelos vivos. Afinal, a morte seria um tipo de liberdade? De noite somos mais livres que à luz do dia? Sem as teologias, a Estética moderna sobrevive? Os espectros podem ser varridos para debaixo do tapete? A arte é uma máscara boa ou ruim no rosto do Poder? A dimensão de nosso consciente navega entre o claro e o escuro, o visível e o invisível. Sônia Azeredo passeia pelo centro de nossa capital, Brasília, e nota esse jogo de claro e escuro na iluminação urbana que está projetada nos símbolos que marcam a presença do Estado. A iluminação noturna na Esplanada dos Ministérios sussurra aos olhos o expressionismo alemão, baseada em contrastes de luz e sombra. Nathalia Carvalho faz um estudo sobre “a realidade e o imaginário”, ouvindo pessoas que moram em favelas do Rio de Janeiro. Ela ouviu também pessoas residentes no Centro da cidade e em Copacabana. Buscou, na fala da população que circula pela cidade, sentimentos e sensações associados à noite, como “mistério” e “liberdade”.

Farlley
Flávio
Júlio César Brasil

R.

Derze
Kothe

ARTIGOS
